

Sai o acordo com os bancos brasileiros

por Claudia Safatle
de Brasília

O ministro da Economia, Marcellio Marques Moreira, ofereceu ontem, aos presidentes de bancos brasileiros com agências no exterior e credores do Brasil, um novo bônus para a reestruturação de uma dívida total de US\$ 5,9 bilhões.

Trata-se de um título com dezoito anos de prazo, dez anos de carência e juros de Libor mais 7/8 (ou 0,875%), que representa uma variação do "debt conversion bond" e do "new money bond", instrumentos que fazem parte do acordo em princípio com os bancos internacionais credores do País, mas com uma diferença: aos bancos brasileiros não será exigido o aporte de dinheiro novo. Ontem, o ministro da Economia, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, e o negociador da dívida externa, Pedro Malan, reuniram-se com os dirigentes dos bancos credores privados — Itaú, Unibanco, Real, Nacional, Econômico, Banco de Crédito Nacional, Mercantil de São Paulo, Noroeste e o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos, Alcides Tápias — para formalizar essa proposta, que praticamente foi aceita pe-

los credores privados, embora ainda tenham alguns dias para dar uma resposta definitiva.

Os bancos oficiais, como Banco do Brasil, Banespa e Banerj, que juntos somam mais de 70% desses créditos com o governo brasileiro, não estavam na reunião, mas o instrumento preferencial criado para todos os bancos brasileiros que operam no exterior também servirá para a rede oficial.

O ministro insistiu, ainda, na necessidade de os bancos brasileiros aderirem ao acordo em princípio, e, segundo Malan, os presidentes dos bancos que estavam presentes garantiram que não criarão obstáculos para a concretização desse acordo.

Malan adiantou que já há um "rascunho" da minuta do acordo ("term-sheet"), que ainda será submetido ao comitê de bancos estrangeiros — o comitê também terá de concordar com a proposta privilegiada feita aos bancos brasileiros — e a versão definitiva deverá estar pronta antes do final deste mês.

Como são mais de cem páginas, e estas terão de ser vertidas ao português para serem encaminhadas ao Senado Federal, somente no início de setembro é

que os senadores poderão examinar e aprovar ou não o acordo de reestruturação da dívida externa brasileira com os bancos privados.

A crise política e suas consequências sobre a política econômica poderão adiar o início da renegociação do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Até agora o acordo com o órgão representava, para os bancos, o aval para o desfecho da negociação externa. Hoje, Malan acredita que um eventual adiamento da renegociação de metas entre a equipe econômica e o "staff" do FMI não deverá criar transtornos para o acordo com os bancos.

"Eles estão mais interessados no médio e longo prazo", disse Malan. Ele lembrou que existem estímulos concretos para que os mais de seiscentos bancos credores acelerem o processo de adesão ao acordo. Um estímulo é o compromisso, que constará do "term-sheet", de que setenta dias após a aprovação do Senado a dívida velha começará a ser trocada pelos novos bônus.

Ele disse ainda que espera ter um acordo com os bancos brasileiros, no mais tardar, em meados de setembro, quando a minuta do acordo estiver no Senado.